



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 36ª  
(TRIGÉSIMA SEXTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 05 DE MAIO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito aos Deputados que se encontram nas dependências da Casa do povo, especialmente na sala do cafezinho, que venham ao plenário. Os assessores podem ficar lá, mas os Deputados devem vir para cá.

Há *quorum* regimental.

Pergunto aos Deputados, ao Deputado Paulo Tadeu, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, se podemos iniciar os trabalhos sem os Comunicados de Líderes. Vamos fazer um acordo para realizarmos só os Comunicados de Líderes? Pode ser? (Pausa.)

Faremos só os Comunicados de Líderes.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não estou inscrito como Líder neste momento por uma questão partidária, mas, se V.Exa. me permitir, eu gostaria de usar a palavra para uma questão urgente e pertinente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, acato a solicitação de V.Exa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 86 - Suplemento, de 13/05/2010, juntamente com a ata sucinta da 36ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 35ª Sessão Ordinária, de 4 de maio;
- Ata da 11ª Sessão Extraordinária, de 4 de maio.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, quero dar boa-tarde a V.Exa., à Mesa que preside os trabalhos, aos demais Parlamentares, aos trabalhadores de quiosques e *trailers* que se encontram aqui na defesa de seus projetos, aos servidores do Tribunal de Contas que comparecem à Câmara Legislativa para presenciar a discussão com relação à indicação do novo conselheiro e à imprensa.

O que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, como Líder da bancada do PT, é fazer uma avaliação desses primeiros dias do Governo Rogério Rosso e Ivelise Longhi.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Tenho aqui em minhas mãos, Deputado Milton Barbosa, a Carta de Brasília, que foi assinada pelo PMDB, PPS, PTB, PRP, PRB, PV, PHS, PDT e também pelo PCdoB. Deputada Erika Kokay, Deputado Reguffe, estão aqui as assinaturas da Carta de Brasília. Uma carta que, do ponto de vista da linha ou das linhas gerais para o novo governo, tem a nossa concordância pelo momento por que passa a nossa cidade.

Sabemos que o novo Governador, Rogério Rosso, foi eleito numa eleição indireta, recebeu 13 votos, portanto, cinquenta por cento mais um dos Parlamentares desta Casa. Ele assume o governo num momento de crise, um governo de transição, um governo que denominamos de governo-tampão pelo período curto, Deputado Wilson Lima, que ele tem à frente do GDF. Mas sabemos que, pelo período curto, pela emergência e pela situação de crise por que passa o Distrito Federal, pela possibilidade ainda de intervenção federal, todos os candidatos, Deputado Wilson Lima, inclusive V.Exa., todos sabiam que as medidas relacionadas ao saneamento e às mudanças na estrutura do Distrito Federal e do Governo do Distrito Federal deveriam ser atitudes emergenciais e rápidas.

Nós esperávamos do novo Governador atitudes rápidas para que pudesse sanear a máquina pública, fechar a torneira da corrupção, Deputada Erika Kokay, e, ao mesmo tempo, garantir à cidade a tranquilidade necessária. Passados 17 dias, essa tranquilidade não veio, essa tranquilidade não aconteceu. A crise continua assolando o Distrito Federal, esta Casa e o Governo do Distrito Federal. O fantasma da intervenção, em vez de se dissipar essa nuvem, ela está ficando mais carregada. E a culpa é do Sr. Rogério Rosso.

Senão vejamos aqui a Carta de Brasília, assinada por todos esses partidos que elegeram Rogério Rosso. O primeiro ponto dizia: realização de auditoria em todas as contas do GDF dos últimos anos. O Decreto de 19 de abril de 2010, já do Sr. Rogério Rosso, determinou auditoria apenas nos contratos vigentes, Deputado Raimundo Ribeiro, apenas nos contratos vigentes. As contas do Governo envolvem muito mais do que isso. Basta lembrar para esta Casa a fortuna que foi desperdiçada com a isenção de impostos dos incentivos fiscais, como o PRÓ-DF. Portanto, a solução com relação a esse primeiro item está muito aquém do esperado. Todas as contas do GDF têm de passar por um pente-fino, inclusive aquelas de contratos já executados, porque são exatamente esses contratos já executados e outros vigentes que geraram a maior crise da história desta cidade.

Segundo ponto da Carta de Brasília: avaliação dos serviços públicos para saber o resultado prático dos investimentos desse Governo. Não foi identificada nenhuma medida do novo Governador para viabilizar esses compromissos, nenhuma medida - a abertura, Deputado Reguffe, das contas do Executivo com publicação quinzenal de balanços. Já se passaram 17 dias do atual Governo e nada foi publicado. Absolutamente nada foi publicado! O comitê de obras criado com o decreto de 27 de abril sequer, Deputada Jaqueline Roriz, está obrigado a publicar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

informações que colher junto aos órgãos. A própria Corregedoria-Geral da União criticou o Governo Rosso recentemente por não ter fornecido as informações solicitadas por esse órgão.

A análise do PDOT é o 4º item da Carta de Brasília, Deputado Cristiano Araújo. Talvez V.Exa., que inclusive assinou a Carta, não esteja lembrado. Eu vou também lembrá-lo da análise do PDOT para possível anulação no todo ou em parte. Não há qualquer medida deste Governo com relação ao PDOT. O que aconteceu recentemente foi um julgamento no Tribunal de Justiça que cancelou e transformou em inconstitucionais diversos artigos do chamado PDOT. A farra de distribuição de lotes que lesou os cofres públicos em bilhões não está sequer sendo investigada por este Governo.

O 5º item da Carta de Brasília trata da atualização social e ecológica do Setor Noroeste. Essa é uma verdadeira piada! Não fez nada com relação a isso, a não ser um *marketing* estéril, e nós sabemos, Deputado Rogério Ulysses, que o Noroeste, além de excluir a classe trabalhadora desta cidade, as pessoas mais humildes, está impermeabilizando toda essa região, o que poderá gerar consequências irreparáveis para o nosso meio ambiente e para a Bacia do Paranoá. Nada, absolutamente nada foi feito com relação à questão do Noroeste.

O 6º Item, redução de cargos comissionados, é uma promessa da Carta de Brasília. O GDF tem mais de 16.500 cargos, Deputado Reguffe, Deputada Erika Kokay. Nenhuma medida do Sr. Rogério Rosso foi tomada para diminuição desses cargos. Pelo contrário, de 36 decretos assinados pelo atual Governador, 15 foram para criar novos cargos. Houve apenas mudanças sem nenhuma redução de gastos para os cofres públicos. E o que é pior: as nomeações para esses cargos servem para fortalecer grupos políticos, não são para fortalecer um perfil saneador e técnico da máquina pública. É uma verdadeira, eu diria, corrida aos cargos do Governo do Distrito Federal. É essa a prática do Sr. Rogério Rosso e, infelizmente, alguns grupos políticos desta cidade estão se beneficiando em um momento como este.

Essa mesma Carta de Brasília, Deputado Wilson Lima, propôs a criação do Conselho de Notáveis. Só se esses notáveis estão escondidos em algum lugar desta cidade. Eu não quero citar nomes de notáveis do passado, que nós conhecemos bem, que não têm um currículo, mas têm fichas corridas. Talvez sejam esses notáveis com quem o Sr. Rogério Rosso esteja, neste momento, se aconselhando para administrar esta cidade.

O item nº 8 dessa Carta de Brasília trata da implementação de práticas administrativas para proteger o GDF dos erros do passado. Não há qualquer iniciativa do atual Governador — eu quero pedir mais um minuto a V.Exa., Deputado Wilson Lima — para criar um novo modelo de gestão nesta cidade. Pelo contrário, estão se repetindo todas as práticas anteriores que levaram Brasília a esse caos, antes de V.Exa. assumir o Governo, Deputado Wilson Lima, em práticas anteriores. Só para se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

ter uma ideia desse item, de como as práticas administrativas não mudaram nada para corrigir erros passados, mais do que não corrigir erros do passado, Deputada Jaqueline Roriz, S.Exa. nomeou, recentemente, para a Secretaria de Educação Integral, a Sra. Élvia Paranaguá, que foi indiciada pela CPI da Educação. A Sra. Ivelise Longhi, hoje Vice-Governadora, era Vice-Presidente dessa comissão e votou, inclusive, pela aprovação do referido relatório da CPI.

Essa Sra. Élvia Paranaguá, talvez para quem não a conheça, foi uma das que chegou aqui à CPI — e eu era relator — e assumiu, Deputado Raad Massouh, perante esta Casa, que recebia benefícios como passagens aéreas, diárias de empresas que ela deveria fiscalizar, de empresas de cujo contrato ela era executora! Portanto, ela assumiu aqui, perante esta Casa, diversos crimes! Essa Élvia Paranaguá! E S.Exa. diz, portanto, com essa indicação, consertar os erros do passado.

Por fim, no item nº 9 da Carta de Brasília, S.Exa. assume, ou esses partidos assumem, o compromisso de que não iria utilizar a máquina pública em proveito de nenhum partido nem em proveito de si mesmo, porque iria abdicar, inclusive, de ser candidato a Governador ou a qualquer cargo.

A postura do Sr. Rogério Rosso, neste momento, menos do que ser candidato, indica que ele é candidato! Está articulando uma grande frente política para ser candidato a Governador do Distrito Federal e está utilizando a máquina pública com métodos condenáveis que levaram Brasília a essa crise.

Então, é essa a Carta de Brasília. Daqui a pouco vou distribuir de novo aos Parlamentares uma cópia dessa Carta assinada — falta apenas a assinatura do PCdoB aqui — para que os Parlamentares possam recordar, para que os partidos que deram sustentação ao Sr. Rogério Rosso possam, também, lembrá-lo e perguntar onde estão esses compromissos!

Passaram-se 17 dias, e nós queremos lamentar a maneira como este Governo, até o momento, vem conduzindo a gestão do Distrito Federal. E nesta cidade pode acontecer a famigerada intervenção federal. Já não sei mais se é tão equivocada ou tão famigerada assim, porque diante da postura do Sr. Rogério Rosso e da Sra. Ivelise, talvez a única alternativa que reste para esta cidade seja a intervenção federal.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, na tarde de hoje, como Líder da bancada. E quem quiser ter conhecimento da carta assinada, eu tenho cópias para serem distribuídas aos Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Tadeu, eu não quis interromper o seu discurso para não tirar o raciocínio de V.Exa., mas durante a nossa estada à frente do Buriti — eu quero deixar registrado e acho que V.Exa. vai confirmar isso — eu não nomeei nenhum secretário, nenhum administrador sequer, apenas fiz o contrário, peguei técnicos daquela pasta e deixei respondendo por ela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

até que viesse o governador definitivo eleito por esta Casa. Valorizei o funcionário de carreira, o técnico da área para tomar conta da pasta.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois desse discurso eloquente e brilhante do Deputado Paulo Tadeu, eu vou falar de outro tema também um pouco espinhoso. Inclusive, a minha própria assessoria tentou me convencer a não me posicionar sobre isso, mas eu tenho que falar com a consciência e com a responsabilidade que tenho de falar desse assunto.

Hoje foi divulgado, pelos meios de comunicação, que vai se fazer uma licitação para a reforma do novo estádio Mané Garrincha no valor de R\$ 702.000.000,00 (setecentos e dois milhões de reais.)

Primeiro, eu quero dizer que sou favorável à Copa no Brasil, sou favorável à escolha de Brasília como capital sede da Copa e à realização de jogos em Brasília. Eu, inclusive, gosto muito de futebol. Sou flamenguista doente. Aliás, espero que na noite de hoje o Flamengo se classifique e vença o Corinthians. Mas quero dizer que R\$ 702.000.000,00 (setecentos e dois milhões de reais) serem gastos numa reforma de um estádio de futebol me parece, no mínimo, uma inversão de prioridades numa cidade que tem gravíssimos problemas nas áreas de Saúde pública, Educação e Segurança pública.

Para se construir um hospital equipado, gastam-se R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seja, a reforma de um estádio vai custar 7 novos hospitais equipados! Aí é uma questão de prioridade! Na minha opinião, a prioridade deveria ser uma saúde pública decente, deveria ser a pessoa, na hora em que estiver sentindo dor, receber um atendimento digno do Poder Público. Isso, na minha opinião, é prioridade. Eu não sou contra a Copa, mas penso que é um valor excessivo, muito excessivo.

Quero dizer, também — pedi para a minha assessoria fazer um levantamento, e fizemos uma pesquisa —, que os Jogos Pan-Americanos na República Dominicana, em Santo Domingo, custaram ao todo, com toda a infraestrutura, R\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais). Ou seja, a reforma de um estádio de futebol, não é nem a construção, é a reforma, vai custar R\$ 702.000.000,00 (setecentos e dois milhões de reais)! Volto a dizer: valor equivalente a 7 hospitais equipados.

Fui autor de requerimento nesta Casa que pede a constituição de uma comissão para acompanhar o gasto de cada centavo do dinheiro público nessa obra, em tudo que cerca a Copa. É importante que o Poder Legislativo — até porque não há ninguém no momento acompanhando e investigando isso — acompanhe, que seja feito um acompanhamento *pari passu*, para não haver uma investigação a





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

*posteriori*, para que seja feito *pari passu*. É importante esse acompanhamento. E é importante, em minha opinião, a criação dessa comissão para acompanhar esses gastos.

Quero dizer, Sr. Presidente, e volto a reiterar aqui, que não sou contra a Copa no Brasil e os jogos em Brasília, mas me parece excessivo e, no mínimo, uma inversão de prioridades gastar R\$ 702.000.000,00 (setecentos e dois milhões de reais) na reforma de um estádio de futebol, valor que daria para construir e equipar 7 hospitais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS (PRB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, foi muito oportuno o que o Deputado Reguffe falou. É importante, e gostei muito disso. Eu nunca admirei tanto V.Exa., Deputado Reguffe, como vou admirar agora por saber que V.Exa. é flamenguista.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nem todo mundo é...

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - Todos nós somos perfeitos.

As pessoas não sabem quanto custou o Estádio de Wembley: R\$2.400.000.000,00 (dois bilhões e 400 milhões de reais). Isso, transferindo para o nosso Real. Dizem que o Engenhão, e aí vamos baixar a bola, que fica situado no Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, cedido para o Botafogo, custou 450 milhões. Mas não foi 450 milhões. E ele não serve para nada, porque o Botafogo não consegue nem encher o estádio.

Quando se fala de Copa do Mundo, Deputado Reguffe, não se fala só de estádio. Fala-se de transporte, fala-se de aeroportos, fala-se também da Saúde, fala-se da Segurança, da parte hoteleira. Uma série de conjuntos é falada na discussão de Copa do Mundo. As pessoas estão falando de Mané Garrincha. Não adianta construir um estádio bonito se não se modernizar a nossa cidade. Isso tudo está no cronograma a ser apresentado à FIFA.

Eu tenho certeza de que Brasília vai sediar a Copa do Mundo. Com certeza estamos lutando para que a abertura aconteça aqui, porque as aberturas das Copas do Mundo sempre aconteceram nas capitais. Eu tenho certeza de que a população de Brasília ficará muito feliz com tudo isso, e esse legado ficará para a nossa população depois de uma cidade totalmente construída.

Mas eu agradeço as indagações do Deputado Reguffe, agradeço por S.Exa. levantar esse assunto, que é até muito importante. Não é só a questão da Copa do Mundo, é a transformação por que a cidade vai passar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

DEPUTADO PAULO RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava ali no cafezinho agora, e o Deputado Aguinaldo de Jesus aproveitou a oportunidade para falar sobre futebol. Quero dizer que S.Exa. está completamente equivocado, completamente. Primeiro que o Engenhão não foi dado ao Botafogo. Nós arrendamos o Engenhão. E, segundo, nós fomos campeões cariocas, e S.Exa. é invejoso. Simplesmente, S.Exa. deixou eu ir ao Cafezinho para vir aqui no microfone falar isso.

Então, quero dizer que S.Exa. está, mais uma vez, equivocado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Só porque V.Exa. é botafoguense?

A polêmica está feita.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, que pediu para fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes.

V.Exa. falará sobre time de futebol também?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar. Evidentemente eu vou abordar outros assuntos, mas eu não poderia deixar de perceber a manifestação do Deputado Paulo Roriz e a do Deputado Aguinaldo de Jesus. Eu acho que ambos têm razão de xingar um ou outro; podem brigar à vontade, não tem problema nenhum. Nós que somos tricolores somos maioria aqui na Mesa, não tem problema.

Eu quero, Sr. Presidente, na esteira do que foi falado pelo Líder do PT, Deputado Paulo Tadeu, dizer que, apesar de torcer muito para que este Governo dê certo, nós esperamos, sim, bastante tempo, dentro da circunstância, para verificar efetivamente quais os rumos a serem adotados.

Tínhamos também, Deputado Paulo Tadeu, esse compromisso, e tínhamos





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

também a manifestação do Governador, aqui nesta tribuna, de que faria um governo técnico. Esperamos pacientemente passar além daqueles 15 dias iniciais, e hoje nós estamos no dia 5 de maio. É um governo que foi eleito no dia 17 de abril e tomou posse no dia 19 de abril.

O terceiro ou quarto compromisso seria o de abrir as contas do Executivo através de balanços quinzenais publicados na imprensa a partir do dia em que tomasse posse. Ora, é um compromisso fácil de honrar – basta verificar o que se gastou e publicar na imprensa. Mas esse compromisso não foi honrado. É lamentável que nós continuemos sem saber o que está acontecendo no âmbito do Executivo.

Aqui, acreditando, e muito, na palavra dita aqui pelo Governador eleito de que gostaria de ter um governo técnico, nós até sugerimos que S.Exa. seguisse um cronograma de nomeações dos concursados. E até agora, absolutamente nada foi feito.

Eu não sei exatamente o que S.Exa. entende. De repente nós temos conceitos diferentes do que é técnico, pode ser que o conceito seja diferente.

Eu vi aqui um dos compromissos: a contratação de empresa especializada através de licitação pública para identificar pontos falhos. Meu Deus, parece que nós elegemos uma pessoa que morava no Japão. Nós acabamos de eleger uma pessoa que estava no Governo há três anos! Era o Presidente da Codeplan! Há sete anos, não é? Era o Presidente da Codeplan, pessoal. Não era ninguém estranho que desconhecesse o Governo.

Então, você não precisa de tanto prazo assim para identificar pontos falhos, se você fazia parte disso... mas isso foi mencionado. É interessante...

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu acho que V.Exa. tem razão, o Deputado Paulo Tadeu já expressou a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, de que os compromissos não têm sido cumpridos, mas me chama a atenção a questão das UPAs, que o Governador já está pontuando com a terceirização e já anunciou qual é a Organização Social que irá assumir.

Isso significa que nos cabe uma pergunta: onde está a licitação? Onde está a aprovação do Conselho de Saúde para a terceirização das UPAs? Onde está? Onde estão os compromissos, inclusive no que diz respeito à saúde, de que nós teríamos a construção de leitos de UTI e não estaríamos pagando, segundo o Tribunal de Contas, por um leito que um convênio de saúde paga R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), R\$3.000,00 (três mil reais).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Portanto, eu temo, Deputado Raimundo Ribeiro, que o que nós vimos no Hospital de Santa Maria, que indignou a cada uma e cada um de nós, venha a se repetir neste Governo: a mesma lógica da ausência de licitação.

Por isso, eu digo e V.Exa. tem razão: há que se contratar os concursados, porque isso dá permanência, isso dá fidelização e uma política pública que não vai estar à mercê de quem está ocupando o Governo, mas estar à mercê do povo do Distrito Federal.

Era apenas isso, obrigada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Então, é importante que rememoremos que não existem surpresas, não. O Governador eleito de forma indireta para um mandato tampão estava no Governo. Então, ele tem conhecimento pleno da máquina administrativa. Certamente, até porque era um órgão de planejamento, logo, ele sabe onde estão os pontos falhos. E é uma questão de entrar e procurar corrigir, até porque ele não pode esquecer que está exercendo, dentro de uma excepcionalidade, um mandato tampão. É um mandato só de oito meses, é um mandato curto. E, por isso, até os prazos que normalmente os governantes pedem para poder resolver os problemas, o dele também tem que ser encurtado. E aí, pessoal, eu acho que é fundamental que ele realmente comece a cumprir os compromissos, que não foram pedidos por nós. Nós não pedimos, eu não votei nele. Não pedi esses compromissos. A bancada do PSDB não votou nele, a bancada do PT também não votou, a do PDT também não votou, mas ele assumiu esses compromissos. E esse compromisso se torna público.

Então, é necessário o cumprimento. Permita-me, Deputado Paulo Tadeu, fazer até um comentário sobre o que V.Exa. disse com relação à nomeação de uma pessoa que nem conheço para ser Secretária de Educação Integral. Uma pessoa que, salvo engano, em 2005, teria sido recomendada em uma CPI da Educação para que fosse indiciada por quatro ou cinco tipos de crimes distintos. Parece-me até que há um depoimento em que admite: é uma conduta indevida.

Ora, se nós queremos um Governo técnico, e torno a dizer, de repente os conceitos são diferentes, e se nós queremos um Governo competente, realmente é, no mínimo, temerário que você indique e nomeie para uma secretaria uma pessoa que responde a esse tipo de processo. E me preocupa mais ainda, Deputado Paulo Tadeu, é que essa pessoa venha a ser a Secretária de Educação Integral. Se fosse pelo menos parcial, nós ficaríamos mais... É integral. Nesse caso é complicado.

Então, eu gostaria de dizer, também, que eu hoje presenciei a matéria de um desses veículos de comunicação que falava sobre a questão do conselho tutelar. Quando eu estive na Secretaria de Justiça, Direitos humanos e Cidadania, e, depois, o Deputado Alírio Neto também esteve... sei do esforço que foi feito para que os conselhos pudessem funcionar. Criou-se mais um número enorme de conselhos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

tutelares para atender as demandas, mas, infelizmente, até o presente momento não se deu a estrutura necessária, mínima para o funcionamento dos conselhos tutelares.

E, finalizando, Sr. Presidente, eu quero dizer - com muita tristeza - que eu trarei, noutro momento, com dados concretos, que é mais do que o loteamento do Governo para cabos eleitorais, é o fatiamento do Governo para cabos eleitorais que sequer estão comparecendo ao trabalho, e que estão fazendo o trabalho político-partidário fora da repartição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão encerrados os Comunicados de Líderes. Nós havíamos combinado que não falaríamos nos Comunicados de Parlamentares, mas o Deputado Rogério Ulysses pediu, o Deputado Milton Barbosa pediu.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Ribeiro, pessoa de carreira já longa na advocacia pública, encerrou seu pronunciamento fazendo denúncias que reputo da maior gravidade.

Pelo que compreendi do que observou o Deputado Raimundo Ribeiro, S.Exa. registrou na Ata desta sessão que há nomeados comissionados que ao invés de trabalhar – isso no Governo que foi eleito por esta Casa para moralizar! –, que ao invés de cumprirem as suas funções institucionais, não estão comparecendo ao expediente, não estão comparecendo ao trabalho e, ao invés disso, estão aproveitando aquele expediente, que é funcional, administrativo, para fazer política fora, para fazer política eleitoral.

Sr. Presidente, a denúncia é da maior gravidade, eu queria pedir a S.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro, do alto de sua responsabilidade, da estatura de sua vida pública, que não demorasse a trazer os nomes, e que nós aqui nesta Casa, Sr. Presidente, tomássemos providências imediatamente. Nós poderíamos até marcar prazos para que os nomes fossem trazidos e os locais, e que pudéssemos proceder à denúncia aos órgãos competentes, e que pudéssemos, inclusive, nomear uma comissão especial para apurar isso.

Ora, nós temos eleito o Governo para moralizar o processo político do Distrito Federal, para evitar a intervenção, que é uma cirurgia. Eu tenho avisado aos colegas quando me perguntam: Chico Leite, você é a favor ou contra a intervenção? Eu digo: ora, não se é de ser contra ou a favor, um tratamento – e o Distrito Federal está doente – ele inclui, evidentemente, um trabalho clínico, remédios, terapia. Se nada disso der certo, cirurgia! Aí não tem jeito! Estimamos que não precisamos chegar a isso. Agora, o Deputado Raimundo Ribeiro fez uma denúncia da mais alta gravidade e nós precisamos apurá-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem Partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro agradeço a V.Exa. pela oportunidade. Eu nem ia falar deste assunto, mas desde novembro eu venho sendo submetido a uma verdadeira tortura psicológica e a uma exposição pública das mais difíceis de serem enfrentadas até pela natureza do meu problema.

Ora, eu tive o meu nome citado e em função disso sofri uma busca e apreensão. Nada, nada foi apreendido que pudesse me incriminar. Sofri um processo de expulsão no meu partido. Prestei depoimento à Polícia Federal, abri meus sigilos bancários, telefônicos e fiscais. Prestei todas as informações necessárias no que diz respeito aos fatos da Operação Caixa de Pandora e do Inquérito nº 650. Ou seja, eu estou me submetendo, desde o início desse processo, com humildade, com resignação a toda a investigação. Eu não tenho tentado dificultar, até porque eu sou o maior interessado em ver tudo isso resolvido. Eu tenho muita fé em Deus que, quando esses fatos estiverem mais claros, a justiça será feita e é só o que eu espero.

O que me traz a esta tribuna é o depoimento que a Deputada Erika Kokay colheu na sexta-feira, ao qual tive acesso no *blog* da respeitada jornalista Ana Maria Campos e da respeitada jornalista Paola Lima, em que estava transcrita uma informação. A Deputada Erika Kokay fala da seguinte forma: "Eu vou lhe dizer uma coisa: teve uma vez, eu estava num jantar, a Deputada Eurides Brito estava também, e a gente estava com dificuldade para aprovar um projeto que era caro para os trabalhadores. Era a questão do plano de saúde. O Odilon é, inclusive, o presidente do instituto, não é? É isso. A gente tinha um projeto, os trabalhadores tinham concordado em terceirizar e tal, não sei o quê, enfim. Aí, na ocasião, os deputados não queriam aprovar, os governistas não queriam aprovar. Nós queríamos aprovar porque era um pleito dos trabalhadores e tal. E aí ela disse assim:" – a Deputada Eurides Brito – "esse aqui recebe, esse aqui está recebendo propina, esse está recebendo propina, esse está recebendo, e quinta-feira vai votar". E aí, quinta-feira realmente votou. E ela apontou o Geraldo Naves – era o aniversário do Deputado Cristiano Araújo –, e apontou o Rogério Ulysses, apontou o... aí não lembro mais quem", isso quem fala é a Deputada Erika Kokay. "Apontou: esse tá recebendo, esse tá recebendo, esse tá recebendo pra votar quinta-feira", isso quem fala é a Deputada Erika Kokay. "E de fato se votou quinta-feira". Agora, ela mesma disse: "Os trabalhadores também ocuparam a Câmara e tal. O senhor tem noção de alguma coisa relativa ao INAS, essa... Odilon Aires? Essa... me ocorreu esse processo, mas o senhor conheceu?" O Durval responde: "Não. Isso eu não tenho nenhum conhecimento desse fato...". E aí a Deputada Erika Kokay: "Então, tá bem", tenta concluir o assunto. O Durval retoma: "Opa, mas se ela falou..." Aí a Deputada Erika Kokay: "É, só que ela falou, mas não sustenta". O Durval: "Hein? Ela falou, mas não sustenta. Se ela falou, mas você presenciou. Você é autoridade. Você pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

colocar..." "É", diz a Deputada Erika Kokay a Durval, que diz: "...que você presenciou." Deputada Erika Kokay: "É."

Ontem eu tive dificuldade de vir aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Desculpe-me, Sr. Presidente, eu vou tentar ser mais breve. Eu estava transtornado! De verdade, eu não conseguia tratar desse assunto. Assim que eu cheguei, a Deputada Erika Kokay me pediu desculpas aqui no cafezinho. Eu quero dizer a V.Exa., Deputada Erika Kokay, que eu aceito suas desculpas. Eu não ia nem tratar desse assunto porque sei que V.Exa. teve recentemente um infarto e eu não quero submetê-la a nenhum tipo de pressão porque prezo pela sua saúde, tenho respeito, tenho admiração por V.Exa., mas, se eu ficasse calado, eu estaria concordando com essa afirmação que não é verdadeira. Não é verdadeira! Não é!

Se a Deputada Eurides Brito naquela ocasião lhe falou isso, ela estava mentindo. Se a senhora se equivocou ao falar isso e já assumiu – não sei se assumiu publicamente – que foi um equívoco da parte de V.Exa., eu aceito. O problema é que a imprensa nunca vai divulgar que isso foi um equívoco, que essa foi uma fala que não deveria ter acontecido, que foi um assessor que falou. Não! O que vai prevalecer é que no aniversário do Deputado Cristiano Araújo teriam me acusado de receber dinheiro para aprovar um projeto, e isso é mentira! Não ocorreu isso! Não dá mais para uma pessoa submetida ao nível de exposição a que estou sendo submetido aceitar calado. Eu quero responder por tudo da forma mais justa possível, mas isso é uma injustiça, Deputado Paulo Tadeu. Não dá, desculpem-me, mas parece conversa de comadre: "Ah, eu estava numa festa e aí numa festa a Deputada Eurides Brito apontou aquele, aquele, aquele, aquele outro". Por que lembra o meu nome? E o interessante é que o aniversário do Deputado Cristiano Araújo aconteceu no dia 11 de maio de 2009. Eu me pergunto: se eu tivesse recebido uma denúncia de corrupção, no dia 11 de maio de 2009, eu teria, como deputado distrital, a responsabilidade de denunciar, de vir a público trazer essa informação. Porque senão acontece o que lamentavelmente está acontecendo com uma pessoa íntegra desta cidade, que é o pré-candidato ao governo pelo PT, o Agnelo Queiroz, que dizem que viu as fitas antes e não falou. Ora, se a Deputada Erika Kokay ouviu algo sobre corrupção antes e não falou, isso me causa estranhamento. Causa-me estranhamento. E, se falou agora, eu sugiro que se faça uma acareação entre a Deputada Eurides Brito e a Deputada Erika Kokay para que as duas possam esclarecer esse episódio, porque eu quero acionar judicialmente o responsável por mais esse dano a minha imagem. Esse é um direito que me assiste, porque é mais um dano a minha imagem, de forma leviana, mentirosa, caluniosa, sem bases sustentáveis, baseado numa futrica de uma fofoca de comadres em uma festa de aniversário! Não dá para jogar o nome da gente na lama desse jeito. Pelo amor de Deus! Um depoimento dessa gravidade, dessa natureza, dessa importância, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

uma testemunha tão importante para o Distrito Federal, o meu nome ser falado dessa forma.

Eu quero lamentar, pedir desculpas se eu me exaltei, mas queria sugerir talvez ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que está conduzindo esse procedimento, que proceda a essa acareação entre a Deputada Eurides Brito e a Deputada Erika Kokay para que, de fato, se esclareça se nesse jantar falou-se o nome de alguém, se foi apontado o nome de alguém, porque estou disposto a responder claramente que nesse projeto eu votei sim, favorável. E não foi na quinta-feira, foi na terça-feira, dia 12 de maio. E que eu não recebi nada para aprovar esse projeto, nenhum centavo, nenhum pedido de voto. Votei por consciência. O projeto foi aprovado em primeiro e segundo turnos pela sua relevância e pela sua importância. E, se alguém recebeu alguma coisa para aprovar esse projeto, eu desconheço, porque, se soubesse, eu teria denunciado à época.

E só peço, pelo amor de Deus, para termos responsabilidade na condução desse processo, porque não é possível que, com vontade de aparecer, única e exclusivamente vontade de aparecer, se vaze uma informação dessa para a imprensa e que eu tenha conhecimento, por meio de um *blog*, de que o meu nome, mais uma vez, está sendo jogado na lama, de forma injusta. Por favor, quem está à frente de qualquer investigação neste momento tenha responsabilidade, porque vocês estão lidando com nome de ser humano. Nós temos família. Nós estamos sendo expostos, nesta cidade, de forma injusta e a todo momento. Não há mais assunto, não há mais o que se falar. Então, ficam criando factóides para expor a imagem de quem já está tão desgastado.

Era só isso, Sr. Presidente. Desculpe-me pelo desabafo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. Por favor, Deputada, limite-se ao tempo. Vai começar tudo de novo, igual a ontem?

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Rogério Ulysses não estava aqui ontem, e ontem já houve esta discussão. Quando nós fizemos a pergunta, essa parte da contextualização desse fato que ocorreu no aniversário não era para ser gravado. Ele foi gravado por descuido, descuido. Ele estava sendo comentado para se contextualizar. Quando percebemos que tinha sido gravado, nós retiramos das notas taquigráficas, e vou explicar por quê. Primeiro, porque eu não tinha segurança da data, tanto que não foi numa quinta, foi numa terça. Segundo, porque eu não tinha segurança dos nomes. Portanto, retirei das notas taquigráficas, mas vazou o depoimento. Esse depoimento, integral, foi para o Ministério Público. Foi para o Ministério Público essa denúncia. Foi para o Ministério Público do DF, para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal. No dia em que me falaram sobre





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

isso, eu não considerei tão relevante, porque cheguei a duvidar se era verdadeiro. Eu não posso, simplesmente, como uma Parlamentar — e aí quero dizer isso bem claro a V.Exa. — colher informação sem dados, informação que não tinha fundamento, não estava fundamentada (pode ter fundamento, mas não estava fundamentada), e simplesmente tomar providências. E quais providências, se eu sabia que a informação não iria ser sustentada? Então, não havia muitas providências, naquele momento, a tomar.

Depois da Caixa de Pandora, essa informação e outras que me chegaram — todas — foram encaminhadas, e essa foi encaminhada como relatório à oitiva, na integralidade, para a Polícia Federal, o Ministério Público local e o Ministério Público Federal, porque cabe a eles investigar. Estou disposta a ir a qualquer esfera, qualquer esfera, inclusive judicial, porque V.Exa. tem razão ao dizer, e pode dizer, que é mentira que V.Exa. recebeu propina. V.Exa. não tem como dizer, nenhum dos Parlamentares, que é mentira que eu escutei isso, porque essa foi uma conversa reservada. Embora estivéssemos em um local com vários Parlamentares, não havia nenhum Parlamentar que tivesse escutado isso a não ser eu mesma.

Não iria tomar providência, a não ser depois da discussão da Caixa de Pandora, porque achei que poderia ser relevante. Nesse processo e nesse depoimento, a linha de investigação que estava sendo tomada era uma linha de investigação para ver a participação da investigada, se havia ou não — não se comprovou nessa oitiva — em projetos em que houve dificuldade de aprovação. Foi citado isso e foi citado o projeto de terceirização do Hospital de Santa Maria, em que houve uma dificuldade da base governista, inicialmente, de aprová-lo, e, posteriormente, foi aprovado. E nenhuma das duas questões foi confirmada como objeto de propina.

Ontem, fui chamada de mentirosa pelo Deputado Geraldo Naves. Eu diria para o Deputado Geraldo Naves que ele não tem como me chamar de mentirosa, porque ele não sabe e não tem como saber se foi verdadeira ou não esta fala e este diálogo. Não tem como saber. Não tem como saber, porque ela se deu reservadamente no local em que V.Exa. estava, Deputado Rogério Ulysses. Havia outros Deputados que eu não me lembro, mas não tem como saber. Eu queria dizer a V.Exa. que ao dizer que eu estava mentindo, V.Exa. deu um cheque em branco à Deputada, e deu um atestado de inocência.

Eu queria lhe lembrar que V.Exa. muitas vezes atestou a inocência do Governador do Distrito Federal nesta Casa e nesta tribuna. E que depois V.Exa. foi portador, talvez ingenuamente, eu não sei, de um bilhete que o levou à prisão, o que é uma experiência amarga. V.Exa. atestou inúmeras vezes uma inocência cuja dimensão exata V.Exa. não sabia.

Quero dizer a V.Exa. que é preciso ter cuidado com as palavras. Tive extremo cuidado, extremo cuidado em não publicizar imediatamente, porque não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

exponho Deputados desta Casa. Não exponho. Em nenhum momento nesta oitiva eu exponho Deputados, ou em algum momento eu digo que os Deputados que apareceram nesta oitiva apareceram por minha iniciativa. Apareceram pela iniciativa do depoente que inclusive acusou sem provas, sem *modus operandi* e sem nomes o meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Portanto, eu diria que eu nunca vazaria isso.

Entro hoje, entrei hoje com a solicitação à Mesa Diretora para acionar a Polícia Legislativa, porque isso é sério. Isto é sério: vazar um depoimento sem revisão. Sem revisão. Não é que houve duas versões. O *Correio Braziliense* errou. Não há duas versões. Há uma versão bruta, e há uma versão revisada e supervisionada. Só há uma versão. Só há uma versão. Um depoimento, uma contextualização que não deveria ser gravado e que foi, e que foi. A pessoa que falou, eu tenho o direito de retirar das notas taquigráficas. Tenho o direito de retirar. Não mexi em nada do depoimento do Sr. Durval, não tenho poder para isso. Não tenho poder para isso. O depoimento do Sr. Durval está absolutamente na íntegra. Não mexi. Retirei essa parte para proteger o nome dos Parlamentares, e encaminhei ao Ministério Público. Encaminhei ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público local e à Polícia Federal, para que possam proceder às investigações.

Portanto, Deputado Geraldo Naves, mentirosa, o Senhor não tem como saber. O Senhor pode dizer, como disse o Deputado Rogério Ulysses, que é mentiroso ou mentirosa quem disse que o Senhor recebeu propina, isso o Senhor pode dizer. Isso o Senhor pode dizer. Mas dizer que uma conversa que se deu entre duas pessoas – e o Senhor não estava presente no momento da conversa, embora estivesse no recinto – não aconteceu, o Senhor não pode fazer esse prejulgamento sobre as pessoas. Não pode fazer prejulgamento sobre as pessoas.

Lembro-me muito bem da sua defesa canina ao Governador do Distrito Federal, que acabou por acusá-lo de roubar um bilhete, que o levou para a cadeia. Então, falo aqui como psicóloga, pois a vida me deu o prazer e a alegria de ter essa formação acadêmica. E falo como uma pessoa que tem 35 anos de luta. V.Exa. pode dizer que é mentira, e repito, que V.Exa. recebeu propina, e eu não tenho como atestar se era ou se não é. Não tenho como lhe contestar. Não tenho. É tanto que uma citação dessa forma como se deu naquele jantar não seria objeto de uma ação, ou de uma denúncia pública. Até porque nós estaríamos como estamos hoje: eu dizendo que aconteceu o diálogo e a Deputada dizendo que não aconteceu o diálogo. E ficamos dessa forma. Portanto, o Ministério Público investigue, a Polícia Federal investigue, e queira Deus que seja absolutamente sem fundamento.

E digo, para concluir, Deputado Rogério Ulysses, retirei, porque não lembrava ao certo o nome dos Deputados. Retirei, porque não tinha certeza se era quinta, terça ou quarta-feira. Retirei, porque achei que era uma exposição que não cabia aos Deputados e deveria ser investigado pelos órgãos competentes. Por isso,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

encaminhei para esses órgãos para que procedessem à investigação. Era isso, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Milton Barbosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Pergunto à Deputada Eurides Brito se fará uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone)

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Estou consultando V.Exa. porque, se alguém mais, além do Deputado Geraldo Naves, for fazer uso da palavra sobre este assunto, eu vou suspender a sessão, porque este assunto já passou das medidas, ontem e hoje.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que, a partir do momento em que a Deputada Erika Kokay sobe à tribuna e diz que eu defendi o Governo, eu defendi, sim. Nós éramos do Democratas, éramos do Governo do Democratas, em que havia a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Paulo Roriz, o Deputado Raad Massouh e os Deputados da base. Nós defendíamos o Governo do Distrito Federal e o defendíamos bem. Agora, Deputada Erika Kokay, eu só gostaria de lembrá-la de que a senhora também defendeu o Partido dos Trabalhadores na época do mensalão e defendeu bem, e ninguém do mensalão do PT foi preso. Ninguém foi para a cadeia.

Agora, eu disse ontem, e o Deputado Paulo Tadeu hoje conversou comigo. Eu não ia me pronunciar, mas eu soube da entrevista da senhora hoje dizendo que eu defendia pessoas e me dei mal na última defesa. A senhora está se referindo ao Governo? Como essa *TV Globo* está colocando a entrevista a bel prazer – evidentemente não vamos retrucar a *TV Globo* aqui –, ela que justifique – e até hoje ninguém disse – os quase 24 milhões que recebeu só em publicidade ano passado. Talvez, assim, ela possa explicar melhor o que fez com o dinheiro. Se é justo, ou se não é, não importa.

Mas vou entrar em uma questão. Não pense a senhora que falar aqui, de público, que eu estive 61 dias na cadeia vai me trazer, vai mexer com alguma coisa minha. Eu tenho o maior orgulho de ter sido preso e não tenho vergonha nenhuma porque eu não cometi nenhum crime. Eu tenho a cabeça erguida. Eu vou a todos os lugares. Crime nenhum! E a prova que a senhora tem uma má intenção com a gente é que a senhora ouviu, no dia em que eu estava aqui, quando eu falei sobre as anotações. Todas elas! Eu não quero voltar a falar, porque há notas taquigráficas da época do discurso, é só pegá-las.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Eu vou me referir à maldade da senhora. Mais uma vez, a senhora sobe a esta tribuna e, mais uma vez, mente. Mente! A senhora disse que foi lá fazer uma pergunta. Na realidade, o que nós vimos foi um relato seu para um delegado, que disse não ter conhecimento, e o Deputado Rogério Ulysses transcreveu isso aqui.

Eu ouvi de jornalistas a seguinte pergunta: “Nessa festa, quantos estavam?” Ora! A maioria dos Deputados estava lá. Havia senadores, governador, vice-governador, várias pessoas estiveram lá, e a senhora também. A senhora esteve almoçando em Águas Claras diversas vezes. Esteve! Eu almocei com a senhora. Não foi só uma, não! Foi mais de uma. Eu estive com a senhora.

Então, eu gostaria de deixar bem clara uma coisa, para por fim nisto aqui: primeiro, o que está me ferindo por dentro é a maldade humana que a senhora tem presente e carrega consigo. É a maldade humana que a senhora carrega, porque a senhora não mede as palavras para ferir alguém. A senhora já deu declarações no passado, e eu já falei aqui de público que a senhora nos fere e depois não fala mais nada. Que se dane se você tem família, se você não tem família! Agora, quando eu digo que a Deputada Erika Kokay falta com a verdade e que ela mente, isso será provado em breve.

Só uma pergunta eu deixo no ar: quando foi que a senhora entregou as notas taquigráficas para os Deputados? Data. Ao Presidente da Comissão? Data. Segunda pergunta, para a senhora responder: por que eles estavam pedindo para assinar com data retroativa? Se entregou no dia 4, por que estavam pedindo para assinar como se tivesse sido entregue no dia 30? E por que a senhora pode tirar? Por que a senhora estava pedindo para tirar as conversas da senhora, manipulando? Que direito a senhora tem de mexer no interrogatório, se é que é interrogatório? Tem de trazer na íntegra! Perguntar não ofende, por isso estou perguntando. Não tenho vergonha alguma. Não devo nada.

E o Deputado Rogério Ulysses pode erguer a cabeça. O senhor estava ao meu lado, na mesma mesa. Portanto, quero deixar claro: o senhor fez o seu pronunciamento, e eu tenho certeza de que o Deputado Chico Leite, como hoje, deu uma declaração brilhante no *Jornal Tribuna do Brasil*, fez umas colocações seriíssimas! Eu gostaria de ter no mínimo o respeito, e eu respeito todos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra por um minuto à Deputada Erika Kokay. Este assunto, enquanto eu estiver sentado aqui, está sepultado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu não creio que V.Exa. se pautar pela educação no trato, a gentileza ou a bondade, porque tem insistentemente agredido, inclusive de forma extremamente grosseira, não apenas ontem, mas em outras ocasiões. O que eu digo, vou repetir: as notas foram entregues para os Deputados que estavam nesta Casa no dia 30. Ninguém pediu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

para assinar retroativo. A data da entrega do memorando era dia 30, sexta-feira. Não foram encontrados os Deputados Batista das Cooperativas e Aguinaldo de Jesus. Eu estou falando dos membros da Comissão que receberam na íntegra, no primeiro momento: Deputado Paulo Roriz, Deputado Raimundo Ribeiro e a Mesa Diretora.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu não faço isso! Eu não faço isso! Se eu retirei, é porque entrou nas notas taquigráficas de forma indevida, porque era uma introdução e uma contextualização de uma pergunta. Mas o que era fundamental era a pergunta, não era a contextualização. Entrou e eu retirei essa parte, praticamente essa parte, das notas taquigráficas – outras foram esclarecimentos, Deputado Rogério Ulysses e Deputado Geraldo Naves. Retirei porque achei que poderia haver uma exposição injusta, por isso. E passei para o Ministério Público para que pudesse apurar.

Para concluir, digo: futrica de comadre não é o meu comportamento. Por isso, ao escutar uma frase e ao escutar uma fala como escutei, não a tornei pública porque achei que não tinha sustentação naquele momento. Depois, com a Caixa de Pandora e com todas as denúncias, tentei ver se havia alguma relação, e não foi confirmada pela oitiva.

Portanto, estou muito tranquila, Sr. Presidente, com relação a tudo isso. Aliás, digo que o próprio depoimento do Sr. Durval foi validado pela Comissão, pelos membros da Comissão, e nós queremos apenas fazer uma investigação isenta. Por isso, precisamos apurar, Sr. Presidente.

Eu vou encerrar com isto: eu queria que fosse apurado com muito rigor esse vazamento. Que fosse apurado quem vazou uma nota taquigráfica sem supervisão da taquigrafia. É só olhar no *Correio Braziliense*. Não tinha supervisão da taquigrafia, não tinha avaliação da relatora e prejudicou ou expôs pessoas, talvez, injustamente. Portanto, por isso foi retirado. Por isso foi retirado! Não houve duas versões, apenas uma versão, e uma delas é essa versão revisada. Esta que é a versão oficial.

Era isso, Sr. Presidente. Agora, rigor na apuração. Rigor na apuração!

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Obrigado, Deputada Erika Kokay. Com a graça de Deus, declaro sepultado esse assunto enquanto eu sentar nesta cadeira. Isso não mais consulta aos interesses da população nem da Casa.

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos votar que é o mais importante.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – É isso o que eu quero dizer. Encerramos os Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(Intervenções fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Foi passado também nas comissões, Deputado Paulo Tadeu? Mas esse aqui está em segundo turno? Pode chamar, então.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sem prejuízo da pauta, V.Exa. já tinha conversado comigo para que apreciássemos o projeto dos quiosqueiros, que estão aqui há duas semanas aguardando. Em seguida, a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – É. Mas eu também, Deputado Paulo Tadeu, tinha feito menção ao Projeto de Lei nº 1.542, porque eu o conheço e sei da necessidade premente de órgãos e entidades particulares que vão ser beneficiados por emendas que já estavam dentro do outro orçamento. Mas V.Exa. tem todo o direito de discordar. Eu não vou me opor a isso, não.

DEPUTADO PAULO TADEU – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO MILTON BARBOSA) – Item nº 18:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º, 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta – Portaria GMD nº 16, de 29/03/10 – com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008”.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Foram apresentadas 4 emendas de segundo turno; no entanto, foi retirada pelo autor a Emenda nº1.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Assim que acabar a votação do Item nº 18, eu gostaria de pedir inversão de pauta para que pudéssemos votar o Item nº 22 – o do Procurador Inácio, que está aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Benedito Domingos para emitir parecer sobre as 3 emendas apresentadas ao projeto, em segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Benedito Domingos, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos aqui 3 emendas ao Substitutivo aos Projetos de Lei nºs 1.312, de 2009, e 1.434, de 2009, que “altera os artigos 1º, 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”. O parecer, Sr. Presidente, é pelo acatamento das emendas.

Subemenda de Segundo Turno nº 3, de redação, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, ao Substitutivo aos Projetos de Lei nºs 1.312/2009 e 1.434/2009, que “altera a Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”.

“Dê-se a seguinte redação ao art. 8º do Substitutivo em epígrafe:

Art. 8º Aplicam-se aos quiosques, *trailers* e similares instalados e em funcionamento nos terminais rodoviários existentes no Distrito Federal as disposições da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008.

Esta subemenda objetiva apenas completar a data de publicação da Lei nº 4.257, de 2008.” Foi acatada simplesmente para corrigir a data da lei publicada.

Subemenda Supressiva de Segundo Turno nº 4, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro. Trata-se dos mesmos projetos de lei já citados. “Suprima-se o art. 6º do Substitutivo em epígrafe.”

Justificação: “Esta subemenda objetiva suprimir o art. 6º do Substitutivo apresentado aos Projetos de Lei nºs 1.312/2009 e 1.434/2009. O referido art. 6º propõe alteração de prazo estabelecido no art. 28 da Lei nº 4.257/2008. Entretanto, o citado art. 28 foi declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, motivo pelo qual estamos propondo a supressão do art. 6º.” Também foi acatada essa emenda supressiva.

É o relatório. A Comissão de Assuntos Fundiários aprova, para que seja submetida à Casa a aprovação do projeto, acatando as emendas ao Substitutivo, conforme lidas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Deputado Raad Massouh, o Deputado Benedito Domingos fez a leitura das subemendas. Se V.Exa. quiser relatar a parte final do voto, tem autorização.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º, 2º da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta – Portaria GMD nº 16, de 29/03/10 – com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008”.

Sr. Presidente, o voto é pela admissibilidade do projeto com o parecer das 3 subemendas na Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final ao Projeto de Lei nº 1.312, de 2009, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Raimundo Ribeiro, que “altera os artigos 1º, 2º da Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008, que estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências”, em tramitação conjunta – Portaria GMD nº 16, de 29/03/10 – com o Projeto de Lei nº 1.434, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o prazo estipulado no art. 28 da Lei nº 4.257, de 2 de dezembro de 2008”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Apreciação do Requerimento nº 2.048, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “Requer a realização de sessão solene em homenagem ao aniversário de 50 anos da fundação do Centro de Ensino Fundamental CASEB”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Colégio no qual estudei. Participarei ativamente dessa sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Moção nº 544, de 2010, já foi lida.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 544, de 2010, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à comunidade da Região Administrativa do Riacho Fundo II – RA XXI, as pessoas que menciona”.

Em discussão a Moção nº 544, de 2010. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Moção nº 544 está aprovada com a presença de 16 Deputados.

O Deputado solicitou apreciarmos o Item nº 1, que é o veto. Podemos continuar apreciando os vetos.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir o relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Raad Massouh, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao veto total ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, peço autorização para ler somente a parte final do relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. tem autorização.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – “Afirma o chefe do Poder Executivo que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite a criação de despesas sem a garantia de adequação orçamentária declarada pelo ordenador de despesas, além de estimativa do impacto econômico e financeiro no exercício em que a lei deve entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes. A autoridade ainda assevera que a proposta invade competência administrativa do Governador, a quem caberia decidir sobre o emprego dos recursos existentes para aquisição de medicamentos.

Com essas informações acreditamos que a Câmara Legislativa estará em condições de deliberar sobre o veto”.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que concordam com a manutenção do veto votarão “sim”; os que forem pela derrubada votarão “não”.

A Sra. Secretária procederá à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	25



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 05/05/2010

ASSESSORIA DE PLÊNÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 637/2007

Autor: Deputado(a): Chico Leite e Raimundo

Ribeiro

☐ Executivo

Relator: Deputado(a): Raad Massouh

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS – PRB		X			
	ALÍRIO NETO – PPS				X	
	AYLTON GOMES – PR		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRB				X	
	BENEDITO DOMINGOS – PP				X	
	BENÍCIO TAVARES – PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO – PT					
	CHICO LEITE – PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB				X	
	ELIANA PEDROSA – DEM		X			
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES		X			
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO RORIZ – DEM		X			
	PAULO TADEU – PT		X			
	RAAD MASSHOU – DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES				X	
	RÔNEY NEMER – PMDB				X	
	WILSON LIMA – PR		X			
	TOTAL		16			

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Eliana Pedrosa	ASSP	Nº 1	Fls. "
VOTOS "SIM"	0	VETO MANTIDO		
VOTOS "NÃO"	16	VETO REJEITADO	X	
ABSTENÇÃO	0			
AUSÊNCIAS	8			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos contrários. Houve 8 ausências.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a compreensão dos colegas nesta votação. Quero dizer, com muita alegria, que o debate da Saúde faz-se ora fiscalizando e não deixando que os recursos sejam desviados para outras áreas bem menos prioritárias – porque a vida não tem preço, a saúde não tem preço, não pode ser objeto de lucro –, ora, de outro ângulo, trabalhando efetivamente por aqueles que precisam, como fizemos em construção o Deputado Raimundo Ribeiro e este modesto Parlamentar.

Eu quero agradecer e dizer neste momento que este projeto é de autoria desta Casa, não precisa ser de apenas dois Parlamentares, mas da preocupação desta Casa Legislativa.

Obrigado.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esta matéria realmente vem ao encontro do anseio de vários pacientes. Eu, mãe de hemofílico que sou, participo ativamente da angústia das mães no Sistema de Saúde quando falta remédio para o hemofílico. Na falta desse remédio, eles podem morrer.

Acho que foram muito felizes os Deputados Raimundo Ribeiro e Chico Leite com a apresentação deste projeto de lei. Parabenizo os dois e tratarei de avisar isso à comunidade de hemofílicos também, que é muito carente do pronto atendimento do remédio.

Obrigada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, à semelhança do Deputado Chico Leite, eu gostaria de agradecer o apoio de todos os Parlamentares e dizer que este projeto, que agora é lei, não é um projeto do Deputado Chico Leite e do Deputado Raimundo Ribeiro. É um projeto que,





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

tendo sido aprovado nesta Casa, vetado no Executivo, e tendo esta Casa a oportunidade de derrubar o veto, demonstra que realmente é sensível às questões sociais e, principalmente, às dificuldades que as pessoas enfrentam.

Eu sempre vi com muita preocupação, aqui no Distrito Federal, as notícias de pessoas com direito a receber um remédio de alto custo chegarem a uma farmácia pública e lá ouvirem a informação de que não poderiam receber o remédio por alguma razão, que levou o Governo a não adquirir aquele remédio. Ora, no mínimo, nós teríamos aí uma imprevidência por parte da máquina administrativa.

Este projeto obriga o Distrito Federal a adquirir o remédio e fazer a entrega àquela pessoa que necessita. É uma pena não poder acrescentar que seria obrigado a pedir desculpas pela demora no cumprimento da sua obrigação.

Então, eu quero agradecer a cada um dos parlamentares. Neste momento em que a Câmara vota a derrubada desse veto, eu acho que esta Casa demonstra mais uma vez a sua preocupação em, realmente, legislar para a população mais carente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Chico Leite, na estada da Câmara Legislativa no comando do Poder Executivo, eu dei a seguinte ordem à Secretaria de Saúde: primeiro, urgência na tramitação das concorrências públicas, nas licitações de medicamento, porque uma normal leva 7 meses e, se for com urgência, sai em um mês. Eu falei: usem todas as forças para saírem urgentemente as licitações.

Em segundo lugar, a Lei nº 8.666 diz que é pelo menor preço. Eu solicitei à Secretaria de Saúde para qualificar o produto, porque hoje há produtos de alta qualidade e de péssima qualidade, e nós não podemos dar aos doentes da rede pública, seja qual for a classe social, produtos de baixa qualidade, nos quais, às vezes, gasta-se o dobro e não curam! Tem que especificar, sim, da melhor qualidade na hora da aquisição do produto e da licitação.

A derrubada desse veto vai ajudar muito, porque as famílias que dependem das farmácias, dos produtos fornecidos pelo governo realmente padecem e muito, porque tem dias, tem horas, tem semanas, tem mês que não há produto nenhum para darem continuidade ao tratamento.

Item nº 22:

Discussão e votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, consubstanciado no Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2010, que “aprova o nome de Inácio Magalhães Filho ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Esta Presidência informa que trata da apreciação do nome do Dr. Inácio Magalhães Filho, indicado ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Ele foi sabatinado na CEOF, que concluiu em parecer por sua aprovação, tendo oferecido o necessário Decreto Legislativo nº 505, de 2010.

O art. 227, inciso VI, do Regimento Interno desta Casa determina que o Plenário ratifique ou retifique esse posicionamento da CEOF. O posicionamento consiste na aprovação ou rejeição do parecer e, por consequência, na aprovação ou rejeição do Decreto Legislativo nº 505, de 2010.

Feitos esses esclarecimentos, esta Presidência coloca em discussão e votação, em turno único, o parecer da CEOF, que aprova a indicação do nome do Dr. Inácio Magalhães Filho ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um comunicado da bancada do PT. Na realidade, a bancada do PT quer anunciar aqui que nós não temos nenhum óbice ao nome do Inácio, até pelas referências que foram trazidas a nós por diversas pessoas desta cidade. Nada contra o nome; nada, portanto, contra o mérito da indicação.

Nós não podemos concordar, Sr. Presidente, é com o método utilizado dentro deste Parlamento, com a maneira como foi feito na semana passada. E, por discordarmos do método atropelado utilizado aqui dentro da Câmara, nós da bancada do PT vamos nos retirar do plenário, respeitando, é claro, a decisão soberana deste fórum. Então, é esse o posicionamento da bancada. Nós não participaremos sequer da discussão. Retiraremos-nos, portanto, do plenário.

Queremos anunciar isso para V.Exa. e para os demais Parlamentares de maneira respeitosa, inclusive para os servidores aqui do Tribunal de Contas do Distrito Federal e, é claro, para o próprio Inácio. É esse o motivo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respondendo até ao Deputado Paulo Tadeu, quero esclarecer ao Plenário e ao PT que nós cumprimos todas as fases que o Regimento Interno da Casa manda. Foi-nos encaminhado o nome, foi obedecido o prazo regimental requerido para a convocação da comissão, e estamos votando hoje com os prazos todos completos. Então, não há nenhuma ilegalidade, não há nenhum atropelo na indicação do Sr. Inácio.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo à bancada do PT, já que, como V.Exa. mencionou, não há absolutamente nada contra o nome do Sr. Inácio. Se não há uma concordância com o método, embora o método não tenha ferido o Regimento Interno da Casa, que a pessoa do Sr. Inácio não seja penalizada por esse questionamento da bancada do PT. Eu faria esse apelo a V.Exa., porque o Sr. Inácio preenche todos os requisitos, é inclusive uma pessoa que tem o apoio carinhoso de diversos servidores, manifestado pelas associações, e particularmente, na esfera judicial, provou que tem habilitação necessária para a investidura dessa nova missão.

Eu faria um apelo à bancada do Partido dos Trabalhadores para que os métodos que foram utilizados por esta Casa, dos quais o PT pode discordar, não venham prejudicar o nome do Sr. Inácio, fazendo com que ele não tenha os votos de todos os Parlamentares desta Casa, porque ele tem um nome absolutamente correto e preenche todos os requisitos.

Muito obrigada.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós agradecemos as ponderações da Deputada Eliana Pedrosa, mas nós manteremos a nossa decisão, até em respeito ao nome do Sr. Inácio. Preferimos, neste momento, sair daqui a fazer um debate com relação a uma série de métodos adotados aqui neste Parlamento por alguns Parlamentares. Talvez não mereçam o Inácio e os servidores que estão aqui ouvir uma série de questões, que nós não queremos fazer em respeito a ele.

Então, quero que vocês compreendam a nossa posição. A posição do PT está tomada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu já fiz esse discurso aqui na tarde de ontem e vou repetir aqui a minha posição. Eu vou me abster nessa votação, não por causa do indicado, até porque as referências dele são as melhores possíveis, mas por uma questão de coerência com uma posição que eu tenho tomado desde o início deste mandato e tomei também na última escolha para Conselheiro do Tribunal de Contas. Eu defendo que as vagas de Conselheiro do Tribunal de Contas sejam ocupadas por concurso público.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Eu penso que esse modelo, não só no Distrito Federal, mas no País também, no Tribunal de Contas da União, vai contra o contribuinte, porque só no Brasil para haver um modelo em que quem vai escolher aquele que vai julgar as contas de um Governo é o próprio Governo. Então, eu não considero esse modelo correto para a população, correto para o contribuinte. Portanto, eu vou me abster da votação, por não considerar que esse é o modelo correto e por defender concurso público para ocupação dessas vagas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subi à tribuna especialmente, e não quis fazer dali debaixo a observação, porque eu acho que é importante nós esclarecermos algumas coisas. Na verdade, a indicação em uma lista tríplice foi, inclusive, questionada na Justiça, o Poder Judiciário liberou essa lista, e nós estamos aqui fazendo essa discussão.

Se for uma questão de dúvida sobre os mecanismos de indicação das pessoas, sejam elas quais forem, esse mecanismo não foi escolhido por nós Parlamentares nem pelas pessoas que estão aqui, mas por um direito originário constituinte de 1988, que está previsto na Constituição. Cabe a nós Parlamentares apenas cumprir aquilo que nós temos obrigação de cumprir, que é o princípio constitucional de aprovar ou não o nome.

O Sr. Inácio preenche esses requisitos, tanto que foi aprovado na sabatina na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, como também veio na indicação da lista tríplice, escolhido, então, como determina a Constituição.

Eu compreendo algumas dificuldades. Eu até concordo com o posicionamento do Deputado Reguffe, de que deveria ser feita uma escolha através de concurso público, mas isso será no futuro. A prerrogativa de votar e fazer a escolha é nossa, neste momento. É compromisso que nós assumimos no momento em que passamos a exercer o mandato.

Eu quero fazer – tenho certeza de que os Deputados que estão aqui também – um apelo para que partíssemos imediatamente para a votação. Compreendo aqueles que não querem participar do processo, mas quero reafirmar que o exercício do voto nos foi dado pela população, e nós vamos exercê-lo.

O exercício da lista tríplice foi cumprido, e a indicação do Governador será feita e analisada pelo Plenário, pelos Deputados que estão aqui hoje, e eu tenho certeza, com todo o mérito possível do Sr. Inácio.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – É só para pedir que iniciemos a votação, uma vez que eu acho que a Deputada Eliana Pedrosa, como os demais oradores, externaram tudo aquilo que nós sentimos. Obedeceu-se realmente a todo o rito estabelecido na Constituição, e – interessante – ninguém vê tanta discussão quando o Presidente da República nomeia os ministros para o Superior Tribunal de Justiça, para o Supremo Tribunal Federal.

A Corte não deixa de ser um tribunal, o tribunal das contas, e o problema de ser o que nomeia que vai ter suas contas investigadas não procede, porque os governadores têm mandato, e esta é a importância. Governador tem mandato. O conselheiro do Tribunal de Contas, como o ministro do Tribunal de Contas da União, tem a vitaliciedade até atingir a idade compulsória da lei. Então, passam por ene governantes. Nunca haverá o caso de a composição do Tribunal estar totalmente feita por um só governante.

Vamos votar, e o nosso voto é naquele que realmente nós escolhemos: o Sr. Inácio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero já antecipar que votarei favoravelmente à indicação do Sr. Inácio por uma série de razões, mas principalmente pela qualificação técnica e pelo fato de ser um servidor de carreira, o que contempla parcialmente aquilo que é defendido pelo próprio Deputado Reguffe.

Mas também nós não poderíamos deixar de registrar o nosso respeito à posição da bancada do PT. Apesar da discordância com relação à não participação da sessão para a aprovação, nós temos que respeitar essa posição, porque está prevista também na regra democrática. Mas eu não poderia deixar aqui, mesmo antecipando o voto favorável à indicação do Sr. Inácio pelas razões já expendidas, de falar da nossa preocupação. Ao mesmo tempo em que temos a satisfação de, pela primeira vez, participar da indicação de um conselheiro — e ainda bem que de um conselheiro com uma qualificação extraordinária como a do Sr. Inácio —, também nos preocupa, já com fatos confirmados, que a discussão e a escolha de nomes, que não foi o caso do Sr. Inácio, não tenham ficado circunscritas ao Distrito Federal, que tenham ido até a Esplanada dos Ministérios, que tenham ido até a Praça do Buriti. Eu acho que a discussão não deve ser feita desta forma, a discussão tem que ser feita nesta Casa, analisando-se as condições profissionais e técnicas da pessoa que é indicada.

Então, eu quero registrar, antecipando o meu voto, e protestar, porque a discussão extrapolou os limites que consideramos estreitos da ética.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Srs. Deputados, desde o dia em que chegou a proposta encaminhada pelo Executivo para aprovação do Conselheiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Sr. Inácio, esta Presidência se colocou de forma ordeira e hábil para poder dar celeridade, porque nós sabemos que lá no Tribunal precisa-se de no mínimo 5 votos para discutir certos tipos de matérias, principalmente matérias administrativas. E nós sabemos da celeridade que precisa ser dada aos trabalhos no Tribunal, haja vista que nós estamos passando por uma série de dificuldades no Governo, um governo tampão que precisa também da aprovação do Tribunal em uma série de fatos, licitações, etc.

Então, nós tentamos dar celeridade. Infelizmente, não conseguimos os acordos necessários para votar a matéria antes do dia de hoje, mas neste dia nós estaremos consagrando esse nome e enviando-o, no mais tardar, ainda hoje, se possível. Vou pedir para a CCJ apresentar o relatório e enviaremos para que saia no Diário Oficial de amanhã, e o Conselheiro possa tomar posse, está bem?

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a matéria; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 05/05/2010

**ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TCDF**  
**CANDIDATOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TCDF**

CANDIDATO	NOME	ASSINATURA
	INÁCIO MAGALHÃES FILHO	

**PROCESSO DE VOTAÇÃO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO DO TCDF**

DEPUTADO (A)	SIM	NÃO	ABST	AUS
AGUINALDO DE JESUS	X			
ALÍRIO NETO	X			
AYLTON GOMES	X			
BATISTA DAS COOPERATIVAS	X			
BENEDITO DOMINGOS	X			
BENÍCIO TAVARES	X			
CABO PATRÍCIO				X
CHICO LEITE				X
CRISTIANO ARAÚJO	X			
DOUTOR CHARLES	X			
ELIANA PEDROSA	X			
ÉRIKA KOKAY				X
EURIDES BRITO	X			
GERALDO NAVES	X			
JAQUELINE RORIZ	X			
MILTON BARBOSA	X			
PAULO RORIZ	X			
PAULO TADEU				X
RAAD MASSOUH	X			
RAIMUNDO RIBEIRO	X			
REGUFFE			X	
ROGÉRIO ULYSSES	X			
RÔNEY NEMER				X
WILSON LIMA	X			
TOTAL	18		1	5

ASSP

SECRETÁRIO DEP.

Eliana Pedrosa  
**RESULTADO DA VOTAÇÃO**

ASSP  
Nº 1  
Fls.º

ELEITO CONSELHEIRO TCDF	VOTOS	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIA
Inácio Magalhães Filho	18	01	05



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   05   2010	15h50min	36ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 5 ausências.

Está aprovado o nome do Dr. Inácio Magalhães Filho para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A Presidência, conforme o art. 227 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, consignará ao Sr. Governador o resultado para as providências administrativas.

Peço à assessoria da Mesa que providencie a redação final e o decreto legislativo, a fim de serem enviados ainda hoje ao Sr. Governador do Distrito Federal para publicação, na data de amanhã, do nome do novo Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Dr. Inácio Magalhães Filho.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h41min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 89-Suplemento, de 18/5/2010.*